

ANCHIETA, UM HUMANISTA E UM GRAMÁTICO NA BABEL DO RENASCIMENTO

Eduardo de Almeida Navarro (USP)

RESUMO

José de Anchieta foi o primeiro humanista clássico e o primeiro gramático do Brasil. Ele viveu um momento de transição, em que o Renascimento e a Contra-Reforma se debatiam. Foi no contexto do Renascimento e da Contra Reforma que as línguas do mundo começaram a ser todas gramaticalizadas, tornando a Europa um banco de dados em escala planetária. Depois da descoberta da escrita, essa foi, certamente, a segunda revolução técnico-lingüística do mundo, de grandes conseqüências para a humanidade.

Primeiro poeta e literato do Brasil, Anchieta foi também o autor da primeira gramática de uma língua indígena brasileira, o Tupi. Pouco se escreveu a respeito dessa obra de Anchieta e, geralmente, de forma equivocada, embora essa seja uma das mais ricas e interessantes e onde a sua originalidade foi mais espetacular.

PALAVRAS-CHAVE: Renascimento, gramática, humanismo

UMA NOVA BABEL

Em 1595 era publicada em Portugal a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, do missionário José de Anchieta. Esse não era um fato isolado, mas estava dentro de um contexto mais amplo, que nos importa conhecer.

Os séculos XVI e XVII podem ser chamados de “*A Era das Gramáticas*”, a época de uma nova Babel. Até então, nunca se dera tanta importância ao estudo das línguas e a sua gramaticalização. Esse momento histórico opunha-se, assim, a uma Idade Média em que o ideal do homem culto era encarnado pelo teólogo escolástico e não pelo filólogo poliglota.

Nesse contexto, a Filologia libertava-se de sua condição de “serva da Teologia”. O valor estético e ético dos textos antigos é visto, agora, por si mesmo e não enquanto um simples *ornamentum fidei*. Reconhece-se em Platão, em Aristóteles, em Virgílio, em Cícero, em Sêneca, lampejos da sabedoria divina, uma antecipação do Cristianismo.

Ao mesmo tempo em que os eruditos estão a estudar os textos antigos e a abeberar-se nas fontes da cultura ocidental, surgem os novos estados nacionais europeus. Nesse contexto, a língua passa a ser uma “companheira do Império”, conforme diria o humanista espanhol Nebrija.

É nesse momento também, que os novos continentes são descobertos, fazendo o homem europeu confrontar-se com as mais variadas realidades culturais e lingüísticas, desde a culta e refinada sociedade chinesa da dinastia Ming, até as sociedades indígenas da América do Sul

A problemática lingüística, suscitada no século XVI, apresentava, como se pode perceber, dimensões espetaculares e em três aspectos principais:

1- No século XVI, com o Renascimento assistiu-se à valorização das chamadas “línguas sapienciais”, ou “línguas da missa”, como então se dizia, isto é, o latim, o grego e o hebraico. O humanista busca ardentemente conhecer o grego, o latim e o hebraico, as línguas que facultavam retorno aos textos da Sagrada Escritura e da Antigüidade cristã e pagã.

Reconhece-se, assim, o valor humano das línguas antigas, que confeririam ao homem maior dignidade, segundo o princípio do “*hominem humaniorem facere*” (*fazer o homem mais humano*). Lembra-nos Kukenheim (1951: 1) que

O sábio, sem intermediários, penetra o pensamento grego, exprime-se na língua de Cícero, entra em contato com seu Deus pela escritura santa: é o homem dotado de **triplex lingua** ou o **trium linguarum gnarus** (“o conhecedor das três línguas”).

2- Também foi um fenômeno do Renascimento a ascensão das línguas vernáculas e nacionais européias, numa Europa em que surgiam os grandes impérios nacionais, que buscariam, agora, impor suas próprias línguas aos territórios que conquistassem. O mesmo que Roma fez com as regiões que dominava, isto é, impor o latim, a Espanha, Portugal, a França fariam nas suas colônias. Várias gramáticas de línguas vernáculas foram fruto, assim, de imperativos políticos. Não foi por acaso que a primeira gramática da língua castelhana, a de Nebrija, tenha sido publicada em 1492, ano em que se fundava o Im-

pério Espanhol, com o descobrimento da América. É interessante, também, observar que a *Gramática da Língua Portuguesa* tenha sido escrita por João de Barros, importante figura da administração colonial, o grande estrategista do imperialismo português. O ano de 1540, em que sua obra veio ao prelo, era o do governo de D. João III, período importante para a expansão ultramarina lusitana.

3- Foi, finalmente, no século XVI, que ocorreu a descoberta das línguas exóticas, de povos que habitavam regiões e continentes antes desconhecidos.

Assim, quase na mesma época em que eram publicadas as primeiras gramáticas do francês, do castelhano, do português, viam à luz as gramáticas das línguas ameríndias, asiáticas e africanas, que, décadas antes, eram completamente desconhecidas pelos europeus. Datam dessa época, por exemplo, as primeiras gramáticas ocidentais do japonês, do vietnamita, do árabe, do geez (da Etiópia), do tamil (da Índia), do guarani, do tupi, do náuatle (do México), do aymara, do quíchua (do Peru e da Bolívia) e de muitas outras. Certas gramáticas de línguas ameríndias foram publicadas antes mesmo que viessem à luz as primeiras gramáticas do inglês (a primeira, a de Bullokar, é de 1586, ao passo que a *Arte en Lengua de Michoacan*, do Frei Maturino Gilberti, foi impressa vinte e oito anos antes, em 1558.

Mas, se a gramaticalização das línguas vernáculas e se a renovação das gramáticas das línguas antigas eram um fato caracteristicamente renascentista, a obra de gramaticalização das línguas americanas, asiáticas e africanas seria fruto do trabalho missionário, da Contra Reforma, que não se identificava com o Renascimento, mas, ao contrário, negava seus postulados fundamentais. Não houve, com efeito, dialética entre o Renascimento e a Contra-Reforma católica, mas pura negação. Foi nesse momento que a religião começou a se separar, no Ocidente, da Filosofia e da Política, o que não ocorreria, por exemplo, no mundo islâmico.

Os missionários foram, assim, os primeiros gramáticos das línguas americanas, africanas e asiáticas. Para Inácio de Loyola, aprender a língua dos povos a serem evangelizados era a primeira obrigação de um missionário jesuíta. Países como o Japão, a Índia, o Vietnã, o México, o Peru, o Paraguai devem a eles, além de grandes

monumentos de sua filologia, algumas das primeiras gramáticas de línguas faladas ainda hoje e por milhões de pessoas.

O século XVI começaria a assistir à gramaticalização maciça das línguas do mundo, fossem elas mortas ou vivas, européias, americanas ou asiáticas, de povos de tradição literária milenar, como a China e o Japão, ou de povos ágrafos, como os tupis e os guaranis da América. O século XVI, com efeito, começou a gramaticalizar tudo e a tornar todas as línguas dignas de serem gramaticalizadas.

A ERA DAS GRAMÁTICAS E O MODELO LATINO

Durante vários séculos, por toda a Idade Média, *saber gramática* correspondia a *saber latim*. Assim, ao iniciar-se a Idade Moderna, a gramática latina tradicional era o único referencial teórico de que os gramáticos daquela época dispunham para gramaticalizar as línguas que então assumiam importância como instrumento de poder de impérios coloniais ou como meio de evangelização dos povos dos continentes recém-descobertos. Desse modo, no processo de gramaticalização das línguas vernáculas européias e das línguas extra-européias estaria subjacente o modelo latino.

João de Barros (op. cit., p.315), por exemplo, subordina a gramática portuguesa àquele modelo ao declinar o substantivo *rainha*, como se o português fosse igual ao latim no sistema de casos:

Nominativo	- a rainha
Genitivo	- da rainha
Dativo	- à rainha
Acusativo	- a rainha
Vocativo	- ó rainha
Ablativo	- da rainha

Isso era comum entre quase todos os gramáticos daquela época. Por outro lado, quase todos afirmavam que as línguas que gramaticalizavam tinham as oito partes da oração latina, a saber: o nome, o verbo, o pronome, a preposição, a conjunção, o advérbio, a interjeição e o particípio.

Desse modo, o peso da herança clássica, de uma tradição gramatical enraizada na latinidade clássica e medieval, iria fatalmen-

te fazer-se sentir sobre as gramáticas das línguas vernáculas e extra-européias no século XVI. O modelo latino foi universalmente usado para elas. Até mesmo línguas tão diferentes como o japonês e o quí-chua foram tratadas dentro do modelo latino.

No que diz respeito aos gramáticos das línguas extra-européias, eles afirmaram, quase unanimemente, terem tais línguas as oito partes da oração latina, fator do próprio enobrecimento delas. Num momento histórico em que se polemizava na Europa acerca da natureza humana do índio, a afirmação da existência das oito partes da oração latina nas línguas indígenas americanas deu forte contribuição para que ficasse assentada a idéia da humanidade do homem americano. No *Prólogo del Autor al Christiano Lector*, Frei Domingo de Santo Thomas (1560), gramático da língua quêchua, expressa tal idéia ao afirmar que: “*É de notar que nesta língua, assim como na latina e nas demais, há todas as oito partes da oração ou da fala.*”

Vários fatores, a nosso ver, determinaram tal precedência da Europa na gramaticalização das línguas do mundo todo:

– O caráter missionário do Catolicismo, que se se aprofunda com a Reforma Protestante. Era preciso estudar as línguas dos povos a converter nos novos continentes e fazer gramáticas delas. Com efeito, o Cristianismo foi a primeira religião missionária do mundo.

– O latim era uma segunda língua na Europa medieval, mas só dos intelectuais e do clero. A seu lado, eram faladas muitas línguas pelos povos europeus. Rompido o equilíbrio político medieval e com a formação dos novos Estados nacionais, as línguas vernáculas seriam elevadas a primeiro plano, deixando o latim como uma língua só dos homens cultos, o que não ocorreria no Oriente, onde as línguas clássicas haviam evoluído pouco. Além disso, na China, na Índia, no mundo árabe, o saber clássico estava no seio das práticas religiosas e culturais. No Oriente, a língua escrita e a intensidade da cultura dos textos, tornaram lenta a evolução da língua falada.

Desse modo, instauraram-se na Europa certas condições que conduziram, nos séculos XVI e XVII à “*éclosion*” das gramáticas, fato de importantes conseqüências para o papel hegemônico que aquele continente exerceria nos séculos seguintes sobre o mundo.

ANCHIETA, UM HUMANISTA DO RENASCIMENTO E UM MISSIONÁRIO GRAMÁTICO

Em dois aspectos Anchieta esteve presente na nova Babel dos tempos renascentistas e contra-reformistas: compondo epopéias latinas, algo típico de um humanista erudito, e fazendo uma gramática de uma língua indígena americana, coisa de missionário. Importa-nos conhecer algo de sua formação cultural para bem situá-lo em sua época.

Nascendo em 1534, nas Ilhas Canárias, bem próximas das costas da África, Anchieta vai em 1548 para Portugal, aos quatorze anos, para estudar na famosa escola renascentista do país, o *Colégio das Artes*, um dos chamados “colégios das três línguas”, isto é, do latim, do grego e do hebraico, que então se disseminavam pela Europa, formando o intelectual dos novos tempos do Renascimento. Ele viveu em Coimbra durante uma das fases mais agitadas, mas também das mais ricas da vida intelectual de Portugal. Sua formação humanística naquele país deu-se, na maior parte de sua duração, fora do âmbito da Companhia de Jesus, na qual ingressaria somente em 1551. Assim, naqueles três primeiros anos de sua vida em Portugal, ele recebeu a mais genuína cultura renascentista, que ainda não se achava de envolta com a visão de mundo jesuítica, haja vista que o Colégio das Artes, em que ele estudou, só seria entregue à administração da Companhia de Jesus em 1555.

Assim, antes de a educação pública em Portugal ser dominada pela Companhia de Jesus, o velho país dos “cristianíssimos reis”, o mais contra-reformista, talvez, de todos os países da Europa, conheceu alguns anos de autêntico humanismo renascentista, teve um genuíno “*colégio trilingüe*”, tão ao gosto e ao estilo do príncipe dos humanistas, Erasmo de Roterdão. Certo é que isso foi por pouco tempo. Efetivamente, tal Colégio, que passou a funcionar em 1548, já em 1550 seria molestado pela Inquisição e alguns de seus professores mais famosos seriam presos e processados.

Para Costa Ramalho (1985) a formação gramatical, filológica e literária de Anchieta fazem dele um homem que, apesar de sua visão de mundo medieval, participou ideologicamente do Renascimen-

to. Seu latim é o renascentista e não o “cultivado pelas ordens religiosas de todos os tempos”, como quer Azevedo Filho (1985, pp. 16-17). Anchieta não foi, como afirma este último, um homem da Idade Média e do Barroco, sem passar pela cultura do Renascimento, mas foi, sim, conforme o evidenciou Costa Ramalho, um humanista de nível semelhante, no que se refere ao nível do latim utilizado, aos grandes renascentistas de sua época. O futuro missionário gramático trazia, assim, uma vasta formação clássica.

O que evidencia a excelência de Anchieta no uso do latim renascentista, são seus poemas *De beata Virgine Dei Matre Maria*, com quase 5.800 versos e *De Gestis Mendí de Saa*, com mais de 3000 hexâmetros, obra esta que foi publicada anonimamente em Coimbra em 1563. Outras poesias latinas, de extensão menor, foram também publicadas e chegaram até nós. Anchieta teria realizado, assim, na expressão de Bosi (1979) *um enxerto clássico numa substância ingenuamente medieval*.

Como missionário gramático, Anchieta haveria de refletir em sua *Arte* tupi sua vasta formação lingüística, aperfeiçoada com seus mestres renascentistas.

A GRAMÁTICA TUPI DE ANCHIETA, UMA OBRA REVOLUCIONÁRIA

Anchieta chegou ao Brasil em 1553, com a esquadra de Duarte da Costa, o segundo governador-geral. Passaria os primeiros anos em São Paulo de Piratininga, onde aprenderia a língua tupi e faria um esboço manuscrito de sua gramática já em 1555. Sua publicação, porém, somente ocorreria em 1595, quase no final de sua vida.

A língua tupi era falada em toda a costa do Brasil, desde o Rio Grande do Norte até, mais ou menos, o paralelo de 27^o, com algumas variantes dialetais (o tupinambá, o tupinambá do norte, etc.) A gramaticalização da língua tupi não se fez, assim, aleatoriamente. Ela incidiu, sim, sobre uma língua que tinha grande extensão geográfica. Com efeito, a realidade lingüística do continente era complexa: somente no Brasil, estima Rodrigues (1986: 19) que, na época do Descobrimento, o número de línguas indígenas fosse o dobro do que é hoje (i.e. seriam cerca de 350). Além disso, a impressão de uma

gramática, dados os seus custos elevados numa época de imprensa ainda incipiente, só se justificaria se a língua descrita fosse falada por muitas pessoas, o que faria com que o esforço redundasse na conversão de muitas almas, fim almejado pela publicação desse tipo de obra.

Desse modo, muitos catecismos e gramáticas elaboradas por missionários católicos nunca viriam ao prelo. Os custos de publicação corriam por conta das províncias religiosas. É sabido, assim, que os catecismos escritos pelo Pe. Antonio Vieira jamais seriam publicados, haja vista destinar-se a poucas centenas de falantes de determinadas línguas ameríndias.

O conhecimento do tupi foi, desde logo, considerado uma condição indispensável para a admissão de um candidato à Companhia de Jesus. A Congregação Provincial de 1568 pede que se dispensem os que conhecem a língua indígena da exigência de estudos muito aprofundados para a ordenação sacerdotal e para a profissão dos votos. O próprio conhecimento de latim passou a ser considerado dispensável se o candidato fosse versado na língua do Brasil. Saber tupi era condição fundamental para o bom êxito da catequese e a *Arte de Anchieta*, segundo seu biógrafo Pero Rodrigues (1897: 199), “*é o instrumento principal de que se ajudam os nossos padres e irmãos que se ocupam na conversão da gentildade que há por toda a costa do Brasil*”.

Já nas primeiras linhas do Capítulo I de sua obra, Anchieta passa a utilizar termos latinos de permeio com formas portuguesas. Isso será procedimento seguido ao longo de toda a sua gramática. Por exemplo, ao tratar das letras, na fol. 1, afirma ele: “Em lugar do s. in principio ou medio dictionis, serve ç com zeura, ut Aço, çatã. ”

Há, aqui, o uso de morfologia e de sintaxe híbridas, latina e portuguesa. Ele utiliza a preposição *em*, portuguesa, e a latina *in*. In-sere a conjunção *ou* portuguesa num conjunto de construções latinas, como, por exemplo, “*in principio ou medio dictionis*”. Finalmente, em vez de utilizar a conjunção portuguesa *como*, utiliza a latina *ut*.

É bastante estranho tal hibridismo morfossintático. Não se encontra ele em outras gramáticas de sua época. A explicação para isso seria o fato de a *Arte* de Anchieta ter sido escrita, originalmente, em

latim, A publicação de 1595 seria uma tradução imperfeita sob a qual se percebe um texto latino original, o que enganou muitos comentaristas desavisados.

Com efeito, alguns quiseram ver em Anchieta um gramático latinizante, como qualquer outro de sua época. Mattoso Câmara (1965), o mais famoso lingüista brasileiro deste século, desfechava um feroz ataque contra o estudo da língua tupi nas universidades brasileiras, afirmando a artificialidade dos estudos dos antigos missionários, entre os quais Anchieta. Apesar de bastante equivocado em suas opiniões, o trabalho de Câmara criou grande polêmica em torno dessa questão. Segundo ele, (*op. cit.*, p. 104), com as gramáticas dos missionários, “...a língua (tupi) se regulariza pelo modelo da gramática latina, adulterando-se as categorias genuínas e o valor dos morfemas. Os verbos passaram a ter uma conjugação à latina”.

Outros estudiosos caíram no mesmo engano. Buescu (1983) e González Luís (1992) consideraram Anchieta um gramático exatamente como outro qualquer de sua época. Em Buescu (*op. cit.*, p. 74), lemos que

...quanto ao resto, a Gramática de Anchieta segue, mais uma vez, rigorosamente, o modelo universal : a gramática clássica. Curioso é de notar o fato, que tomamos como registro dessa universalidade, de alternarem nas titulações, exemplificações e correspondências, o português e o latim...

A verdade é que a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, de Anchieta, é uma das obras gramaticais mais originais de todo o século XVI. Só a comparação dessa obra com outras de sua época podem dar conta disso. Alguns aspectos são espetaculares e merecem menção:

– Anchieta nega que o tupi tenha o sistema de casos do latim. Entre os gramáticos de sua época isso era algo quase impensável.

– Na *Arte* tupi de Anchieta não há referência às oito partes “sagradas” da oração latina, que os outros gramáticos de sua época acreditavam ser as mesmas em todas as línguas. Anchieta só trata de cinco dessas partes da oração.

– Em Anchieta há o tratamento simultâneo da morfologia com a sintaxe, coisa que só o século XX tornaria comum. Os outros gra-

máticos de sua época reservavam umas poucas páginas finais para tratar da sintaxe das línguas que descreviam, sempre separadamente.

– Pelo que se sabe, Anchieta foi o primeiro gramático a utilizar em português escrito um grande número de termos técnicos da descrição lingüística, como *numeral ordinal*, *posposição*, *indicativo*, *modo permissivo*, *freqüentativo*, *negativo*, *interrogativo*, *instrumental*, *monossílabo*, *polissílabo*, etc.

– Anchieta, diante de fatos lingüísticos novos, criou, muitas vezes, termos apropriados e não aproveitou a terminologia tradicional. Ele privilegiou, por outro lado, os critérios morfossintáticos em vez dos semânticos na descrição da língua, o que seria comum somente entre os estruturalistas do século XX.

– Anchieta teve uma fina percepção da fonologia do tupi, sendo o único a descrever a existência de certos sons naquela língua.

– Ninguém antes de Anchieta, certamente, falou de acento enquanto *sinal gráfico*, como hoje se entende. Para os outros gramáticos de sua época, acento era *quantidade*, como existe em latim. Por exemplo, na palavra *arma*, no ablativo (leia-se *ármaa*, demorando no *a* final), o *a* final é chamado de *longo* e o *a* inicial é *breve*. Acento, assim, até o século XVI, era algo totalmente diferente do que entendemos hoje e Anchieta foi, talvez, o primeiro gramático que usou esse termo no sentido atual.

Assim, no que diz respeito a Anchieta, a opinião de Câmara não condiz com os fatos, conforme mostramos, pois inúmeras foram as descontinuidades verificadas e, em certos pontos, originalidades impressionantes que fazem com que sua contribuição para a história da gramática seja inegável. Que outro gramático do século XVI, falou de acento enquanto *grafema* e não enquanto *quantidade silábica*? Quem, em pleno século XVI, recusou subordinar o nome e o pronome ao sistema de casos do latim? Em quantas gramáticas quinhentistas verificamos a total omissão do número “sagrado” das oito partes da oração latina, e da ausência de tratamento de categorias gramaticais às quais, havia séculos, as gramáticas consagravam alentados capítulos? Quantos gramáticos do século XVI tiveram a intuição fonológica de Anchieta e sua acuidade no que concerne ao tratamento das semiconsoantes, das vogais nasais, etc.? (Embora Câmara [*op.*

cit., p. 104] afirme que houve nas *Artes* dos gramáticos do tupi antigo “simplificação fonética muito grande”). Que gramáticas do Quinhentos tratavam a morfologia junto com a sintaxe?

Assim, são inúmeros os elementos que apontamos que nos facultam afirmar que *a gramática de Anchieta não é latinizante*, e que sua originalidade é, em muitos pontos, tão grande que, para o momento histórico em que foi escrita, ela representa um monumento lingüístico dos mais admiráveis, uma obra *sui generis* que, em muitos aspectos, antecipa procedimentos da Lingüística moderna, que busca estudar a estrutura das línguas em si e não em referência à estrutura de outras. Ela contraria “dogmas” gramaticais havia muito definidos nas formulações teóricas do Ocidente, desde Donato e Prisciano e recuperados pelos gramáticos renascentistas.

Em Anchieta, a pretensa “regularização da língua pelo modelo da gramática latina” está ausente quase sempre. Se o capítulo destinado ao verbo evidencia maior subordinação àquele modelo, não é menos verdade que ele está repleto de originalidades.

Não sendo uma gramática latinizante, afastando-se, em muitos pontos, do modelo universal latino, a *Arte* de Anchieta aproxima-se mais de uma moderna descrição lingüística que das outras gramáticas de sua época, estas sim, muito latinizantes. Daí, a nosso ver, seu caráter pouco didático. O fato de ter resultado “muy diminuta e confusa”, conforme a ela se refere a *Aprovação* da segunda gramática da língua tupi, a *Arte* do jesuíta Luís Figueira, em suas edições de 1621 e 1687, deve-se, certamente, a esse seu caráter de descrição lingüística antes que de método de aprendizagem de uma língua. Quem, com efeito, aprenderia uma língua estrangeira se, ao invés de buscar uma gramática ou um método didático, fosse estudar uma obra de Lingüística ou uma obra que versasse somente sobre as estruturas lingüísticas do idioma que quisesse aprender? Assim, a gramática de Anchieta peca por antdidatismo, mas supera imensamente outras gramáticas contemporâneas (a de Figueira, por exemplo) por maior acuidade metalingüística.

Embora educado no Colégio das Artes de Coimbra, onde recebeu a mais genuína cultura renascentista, e embora fosse considerado em sua época um grande latinista, Anchieta foi, talvez, o gramático missionário menos vinculado ao modelo latino de todo o século

XVI. Ele foi um homem da Companhia de Jesus, escrevendo catecismos e poemas religiosos e místicos. Foi um homem do Renascimento, se levarmos em conta o latim em que suas obras épicas se vazaram. Foi, finalmente, um homem situado muito adiante de sua época se considerarmos o valor de sua obra gramatical que é, sem dúvida, um dos maiores monumentos da lingüística americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, J. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595)*. (Apresentação do Prof. Dr. Carlos Drumond, da USP). São Paulo: Loyola, 1990.

AZEVEDO FILHO, L.A. *A obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1985.

BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa (1540)*. Introd. de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971a.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.

BUESCU, M. L. C. *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

CÂMARA JR., J.M. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.

COSTA, Ramalho A., "Leodegário A. de Azevedo Filho - A obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal" (Recensão crítica). *Humanitas*, vols. 37-38. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985-86, p.382-385.

DOMINGOS DE SANTO THOMAS. *Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru*. Valladolid: Francisco Fernandez de Cordoba, impressor, 1560.

FIGUEIRA, L. *Arte da lingua brasilica*. Lisboa: Manuel da Silva, 1621.

———. *Arte de grammatica da lingua brasílica*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1687.

GONZÁLEZ LUÍS, F., “La gramática de la lengua tupi de José de Anchieta y su dependência de la gramática latina”. *Fortunatae*, n° 4. La Laguna, Islas Canárias: Secretariado de Publicaciones, Universidade de La Laguna, 1992, p. 229-244.

KUKENHEIM, L. *Contributions à l'histoire de la grammaire grecque, latine et hebraïque à l'époque de la Renaissance*. Leiden: E. J. Brill, 1951.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras - Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, P. “Vida do Padre José de Anchieta”. *Annais da Biblioteca Nacional*, XIX. Rio de Janeiro, 1897.

VIOTTI, H.A. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.